

## Soberania alimentar e sustentabilidade do povo Kanindé, de Aratuba, Ceará, Brasil

Rildelene dos Santos Silva

Francisco Acácio de Souza

Maria do Socorro Moura Rufino

Os povos naturais do Ceará desconheciam a noção de estado ou de governo. Sua terra era sua nação: o território em que viviam e em que seus antepassados também viveram. Não se sabe quantos povos indígenas habitavam este solo quando da chegada dos conquistadores; deveriam ser numerosos, “[...] visto que o Ceará foi uma das últimas áreas do atual Nordeste a ser conquistada pelos colonos, nos séculos XVII e XVIII” (PINHEIRO, 2008 *apud* FARIAS, 2015, p. 64).

Farias (2015, p. 66) afirma que a grande contribuição dos naturais da terra foi a de seu próprio sangue. A miscigenação do cearense tem muito do índio. Os povos indígenas dominam conhecimentos diversos acerca de plantas medicinais, conhecimentos estes que até os dias atuais são seguramente utilizados, por exemplo, aqueles com: malva, romã, eucalipto, gergelim, mostarda, juá, etc.

Localizados nos municípios de Canindé – sertão central – e Aratuba – Serra de Baturité –, no Ceará, os Kanindé têm a história marcada por um longo processo de migrações forçadas. No entanto, vêm mantendo, apesar dessa dispersão, laços de parentesco e sociabilidade que unem as comunidades do sítio Fernandes e da serra da Gameleira, que compõem a etnia. A origem histórica do povo Kanindé re-

mete ao chefe Kanindé, que liderou a resistência de seu povo no século XVII, obrigando o então rei de Portugal a assinar com ele tratado de paz, firmado em 1692, mas descumprido por parte dos portugueses. Como ocorria com muitos agrupamentos nativos, seus descendentes passaram a ser conhecidos como Kanindé, alusão ao chefe e à ancestralidade (ESCOLA KANINDÉ, 2019).

Por todos esses anos, desde a chegada do povo Kanindé, os indivíduos da localidade de sítio Fernandes sempre sobreviveram da agricultura, pois havia somente mata nativa quando chegaram. Com o passar dos anos, foram plantando diversas mudas de frutas e trabalhando na agricultura desde sempre. Era o único trabalho de prática que tinham, somente para a sobrevivência; eles nunca praticavam a venda dos produtos adquiridos. Tinham vários lugares para o trabalho na agricultura, como o Trapiá, chapada, catolé, matas, rajado, sendo a Terra da Gia o principal local para todos os plantios dos Kanindé.

A chamada Terra da Gia foi durante muito tempo utilizada pelos Kanindé para fazerem suas plantações e caçarem, constituindo-se como significativo lugar de memória para o grupo. Em 1995, após grande luta junto aos trabalhadores rurais locais, esse terreno foi desapropriado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Após querelas na divisão da terra, os Kanindé do sítio Fernandes ficaram com 270 hectares, em que continuam plantando no sistema de roçados (ESCOLA KANINDÉ, 2019).

Em rodas de conversa com os troncos velhos dessa etnia, é comum emergirem relatos da tradição cultural, a qual está relacionada diretamente com as transformações de saberes e fazeres como parte do processo de incorporação de experiências de grupo. Essas experiências levaram a estra-

tégias de conservação da sociobiodiversidade, da soberania alimentar e nutricional e do modo de vida desses povos, que, no caso dos Kanindé, fazem parte das 14 etnias do estado do Ceará. O conhecimento ou etnoconhecimento dos povos tradicionais acerca do ambiente se fundamenta na conservação da sociobiodiversidade, que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais (DIEGUES, 2000a, 2000b).

Segundo a declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina (2001 *apud* CAMPOS, C.; CAMPOS, R., 2007, p. 7), a soberania alimentar é:

[...] o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuário, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada à satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais.

As fragilidades são importantes nesse contexto adverso, em que os povos indígenas devem enfrentar, além das lutas empreendidas, outros desafios, como o necessário fortalecimento da sua institucionalização, o fortalecimento das suas organizações representativas, a implantação de meios

de afirmação do conceito de bem viver, de sustentabilidade e de autonomia, mediante práticas ou tecnologias sustentáveis (CEARÁ INDÍGENA, 2016).

Nos últimos anos, afetadas por uma grande seca, as plantações foram mais fracas, dando poucos legumes, motivo por que os próprios agricultores tiveram que comprar alguns alimentos que antes eles mesmos produziam. Com a terra seca, não tinham como produzir alimentos para suprir as necessidades de todo o ano; sem outras alternativas, o único jeito seria produzir para vender ou extrair da natureza as frutas de época, como caju, manga, goiaba, ciriguela, abacate, cajá, entre outras.

Em contrapartida, a sustentabilidade do sistema de produção familiar depende da preservação dos recursos existentes no ecossistema como um todo. É importante observar que os níveis de dificuldades para a autossustentação do sistema de produção serão maiores à medida das modificações sofridas pelo ecossistema natural. (NODA, H.; NODA, S., 2002, p. 61).

Segundo Cleveland, Soleri e Smith (1994), os dados atuais e a teoria sugerem que o controle e o manejo da seleção compreendem o modo mais prático e efetivo de manejar recursos genéticos que suportam a estabilidade produtiva a longo termo, especificamente adaptada aos ambientes locais e às formas de produção locais, incluindo organização social e valores culturais. Portanto, a conservação dos recursos genéticos ocorre na medida em que é mantida a sustentabilidade do sistema produtivo.

As práticas agrícolas agroecológicas, aliadas à forma de alimentação, vêm garantindo a preservação da cultura e dos saberes tradicionais dos indígenas. Alguns quintais pro-

ditivos garantem alta diversidade de plantas na sua composição e ainda uma variabilidade genética de muitas espécies com a consolidação dos quintais produtivos implantados pelo projeto Etnodesenvolvimento. Por meio do projeto, houve um aumento significativo tanto no que se refere ao número de participantes quanto no que se refere à quantidade e variedade de produtos que são comercializados. A atividade proporcionou também o aumento da participação das mulheres de forma mais ativa nas ações do projeto (CE-ARÁ INDÍGENA, 2016).

Pensar a respeito da economia solidária e da prática da autogestão é pensar necessariamente na ação coletiva e nas motivações que a orientam. A princípio é possível contentar-se apenas com uma explicação economicista, já que tais iniciativas, especialmente no Brasil, estão intimamente relacionadas a situações de exclusão socioeconômica e de precarização do trabalho. Contudo, tanto a economia solidária quanto a autogestão envolvem proposições que rompem com os pressupostos capitalistas, exigindo a adoção de novos conceitos e valores que não se sustentam somente por artifícios econômicos. (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008, p. 117).

## **Sustentabilidade e subsistência do povo Kanindé**

A sustentabilidade e subsistência do povo Kanindé têm uma forte influência na agricultura, trabalho que sustenta as famílias dessa aldeia, um aprendizado passado de geração a geração. Além dessa técnica, seus membros também recorrem à caça, havendo poucas espécies disponíveis, por conta do clima e do desmatamento, que ocasionam a escassez de animais.

“A biodiversidade não é simplesmente um produto da natureza, mas em muitos casos é produto da ação das sociedades e culturas humanas, em particular das comunidades tradicionais e não industriais” (DIEGUES, 2000b, p. 3). Parte-se desse pensamento para a construção do conceito de sociobiodiversidade, que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais. Compreende-se, então, que se trata de uma construção cultural e social. Para comunidades tradicionais, “[...] as espécies vegetais e animais são objetos de conhecimento, de domesticação e uso e de fonte de inspiração para mitos e rituais” (DIEGUES, 2000b, p. 3).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2016), o Brasil está inserido em um grupo de 20 países detentores de mais de 70% da biodiversidade do planeta em apenas 10% da superfície. Uma natureza exuberante, formada de espécies e paisagens com características específicas para cada bioma: a Amazônia, o Cerrado, o Pantanal, a Caatinga, a Mata Atlântica, a Zona Costeira Marinha e o Pampa.

A preservação da alimentação – que vem de tempos remotos – ainda existe, pois preservar a cultura dos ancestrais é uma apropriação da memória e fortalecimento da identidade étnica, principalmente quando se fala em nova geração. As crianças e jovens desde cedo conhecem a cultura e crença de seu povo na convivência com os mais velhos.

A escola é uma das principais motivadoras da cultura, formando pessoas capazes de lutar pelos seus direitos e de seu povo, garantindo reconhecimento da diferença socio-cultural, obtendo resultados positivos e proporcionando à aldeia profissionais capacitados.

O etnoconhecimento, tão presente na comunidade, representa sua resistência. Através desses saberes, perse-

vera-se o respeito com a natureza, que é sagrada para eles. Os jovens indígenas são educados para que continuem no mesmo caminho estabelecido pelos ancestrais, pois dessa forma poderão obter seu sustento pelo cultivo da terra e pelos recursos vindos diretamente da natureza, como a caça e a chuva. Eles acreditam que sua sobrevivência e resistência se devem aos benefícios que a natureza forneceu ao longo de sua luta, servindo agora para a sua permanência (CEARÁ INDÍGENA, 2016).

Tais mudanças repercutem, por conseguinte, em alterações em seus hábitos, em especial de alimentos e de produção. Diante da diminuição de seus territórios, instabilidade da garantia dos direitos e transformação de seus princípios produtivos, a necessidade de procura por comércios locais se torna mais significativa e as atividades básicas de subsistência se inclinam fortemente ao abandono, favorecendo um consumo crescente de alimentos industrializados e reforçando mudanças prejudiciais à saúde (SANTOS; COIMBRA JÚNIOR, 1991).

Não é somente da agricultura e da caça que o povo Kanindé tem vivido, mas também de alguns projetos desenvolvidos na aldeia que ajudam esse povo, como o plantio e a criação de animais; até o artesanato para a venda tem ajudado essas famílias na sua sobrevivência, pois é em tempos difíceis de seca que essas famílias se dão a oportunidade de fazerem outros trabalhos para que não passem necessidades.

Não é possível dialogarmos sobre segurança alimentar e nutricional sem nos reportarmos à soberania alimentar dos povos tradicionais, considerando a função socioambiental da terra. As políticas que norteiam a segurança alimentar e nutricional devem ser desenvolvidas pela base dos direitos humanos e soberania alimentar, esta que aborda a impor-

tância de cada nação definir políticas que assegurem a segurança alimentar e nutricional de seus povos, considerando o direito à preservação das peculiaridades culturais, em especial nas práticas alimentares e produtivas tradicionais de cada cultura (BURITY *et al.*, 2010).

Celebra-se uma festa cultural com alimentos que são de origem e produção da aldeia Kanindé. A festa do mungunzá, que é passada de geração a geração, ensina aos jovens e às crianças a importância da cultura alimentar, dos alimentos consumidos por seus ancestrais que até hoje fazem parte de seu dia a dia, como também de outras comidas típicas que são consumidas em outros momentos, como em rituais sagrados, a exemplo do “mocaroró”, uma bebida religiosa consumida principalmente no toré ou torem, à base de fermentação do caju.

Esta bebida é produzida manualmente pelos índios, sendo o caju é retirado *in natura* e prensado com as mãos, separando o bagaço do suco. O suco, por sua vez, é coado com um pano e engarrafado para que seja feita a sua fermentação natural até estar apto ao consumo.

Não há como falar de soberania alimentar sem tratarmos da sustentabilidade, que se apresenta na discussão mundial sobre o futuro do planeta. Falar de garantia de territórios de populações tradicionais, de soberania alimentar e de direitos humanos à alimentação digna é um ato que interage diretamente com a questão da sustentabilidade mundial. O direcionamento de discussões sobre garantia alimentar para todos os povos, visando ao tratamento do meio ambiente, na perspectiva de sustentabilidade, ampara a questão da insegurança alimentar atual e garante disponibilidade do alimento para as próximas gerações (ONU, 2002).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2016) compreende a sociobiodiversidade como a relação entre bens e serviços gerados a partir de recursos naturais, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares. Para contemplar essa problemática entre a sociedade e a natureza, o Governo Federal tem trabalhado em prol da promoção dos produtos da sociobiodiversidade na economia formal, buscando agregar valor socioambiental, gerar renda e proporcionar segurança alimentar de povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Para consolidar essas ações voltadas às estruturações das cadeias produtivas e à integração de mercados sustentáveis para os produtos advindos da sociobiodiversidade brasileira, em 2008, o Plano Nacional da Sociobiodiversidade foi elaborado. Esse plano se deu a partir da articulação coordenada entre os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da consulta a organizações governamentais, sociedade civil e setor privado que atua junto ao setor extrativista. Esse processo contribuiu também para a formulação e organização de planos de trabalho para as cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

A escola exerce um papel indispensável para resgatar e incentivar a valorização dos saberes tradicionais das comunidades tradicionais. É na escola que as novas gerações são orientadas e estimuladas a mergulhar nas histórias que seus ancestrais construíram ao longo do tempo. Os alunos da escola indígena Kanindé fazem um papel fundamental no resgate dessa cultura, entrevistando lideranças e pessoas mais idosas da comunidade, vivenciando o seu passado historicamente contado por elas.

O direito humano à alimentação adequada consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. Esse direito inclui a água e as diversas formas de acesso à água na sua compreensão e realização. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada, entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social.

Fundamentar cultura de forma cristalizada é cair nas lacunas da ignorância, haja vista que a cultura é passível de transformações ao longo do tempo e das relações. A incorporação de práticas antes exclusivas a não indígenas ao universo das populações tradicionais não subtrai delas a afirmação de sua identidade (LARAIA, 1986).

## **Agradecimentos**

Ao povo Kanindé, pelo apoio e disponibilidade de diálogo no decorrer da pesquisa.

À professora Anna Erika Ferreira, pelo auxílio nas correções do documento.

Ao Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Masts), pela oportunidade de publicar este capítulo.

## **Referências**

BRASIL. *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produto da Sociobiodiversidade*. Brasília, DF: MDA: MMA: MDS, 2009.

BRASIL. *Sociobiodiversidade*. 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiv/sociobiodiversidade-brasileira>. Acesso em: 29 out. 2019.

BURITY, V. *et al.* *Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional*. Brasília, DF: Abrandh, 2010.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 11, n. 24, 2007.

CASTANHEIRA, M. E. M.; PEREIRA, J. R. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. *Katálysis*, Lavras, v. 11, n. 1, p. 116-122, 2008.

CEARÁ INDÍGENA. *Vivência do projeto Etnodesenvolvimento*. Fortaleza: Ceará Indígena, 2016.

CLEVELAND, D.; SOLERI, D.; SMITH, S. E. Do folk crop varieties have a role in sustainable agriculture? Incorporating folk varieties into the development of locally based agriculture may be best approach. *BioScience*, v. 44, n. 11, p. 740-751, 1994.

DIEGUES, A. C. S. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec, 2000a. p. 1-26.

DIEGUES, A. C. S. *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: MDA, 2000b.

ESCOLA KANINDÉ. *Origem histórica do povo Kanindé*. Disponível em: <http://escolakaninde-indio.blogspot.com.br/p/origem-historica-do-povo-kaninde.html>. Acesso em: 19 abr. 2019.

FARIAS, A. *História do Ceará*. 7. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

NODA, H.; NODA, S. N. Agricultura familiar tradicional e conservação da sociobiodiversidade amazônica. *Interações*, Campo Grande, v. 4, n. 6, p. 55-66, 2003.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Comentário Geral nº 12: o direito humano à alimentação adequada (art. 11)*. In: VALENTE, F. L. S. (Org.). *Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 261-272.

SANTOS, V. R.; COIMBRA JÚNIOR, E. A. Avaliação do estado nutricional em um contexto de mudanças sócio-econômicas: o grupo indígena Surui do estado de Rondônia, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 538-562, 1991.

SANTOS, L. R. S.; LISBOA, J. A soberania alimentar: construção política desde a organização das mulheres camponesas. *Boletim Dataluta*, Sergipe, v. 1, p. 1-8, 2015.